



ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Inscrições de 03/02 a 20/02/2020

Edital: www.propesp.ufam.edu.br

Inscrições: processocivil@ufam.edu.br

Seja bem vindo!

A **Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas** teve sua origem em **17/01/1909** e, desde então, passados mais de 110 anos, tem contribuído para o desenvolvimento da cultura jurídica em nosso país, com mais de 700 alunos e alunas atualmente matriculados em nossos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*.

Atualmente, os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas são: (i) Especialização em Direito Processual Civil; (ii) Especialização em Métodos Adequados de Resolução de Conflitos; (iii) Especialização em Direito Público; e (iv) Especialização em Direito Eleitoral.

Todos os nossos cursos são submetidos a uma contínua avaliação e atualização de seus conteúdos e metodologias, a fim de proporcionar aos alunos e alunas a melhor experiência acadêmica.

O curso de **Especialização em Direito Processual Civil** é estruturado em **15 módulos mensais**, contemplando disciplinas cujos conteúdos aliam forte embasamento teórico e a repercussão prática dos temas abordados em sala de aula.

Os módulos são ministrados por **Professores e Professoras** com **destaque acadêmico e relevante atuação** nas mais variadas áreas do Direito.

Nosso curso de **Especialização em Direito Processual Civil** utiliza metodologias participativas de ensino, através de estudos de caso, exercícios aplicados e simulações, associadas à exposição dialógica entre Professores e alunos.

A partir desse diálogo contínuo, teórico e prático acerca dos institutos processuais, nossa Pós-Graduação em Direito Processual Civil objetiva capacitar e desenvolver habilidades que permitam aos nossos alunos e alunas refletir criticamente acerca do Direito Processual Civil para que possam, diante de controvérsias concretas ou potenciais, delinear soluções jurídicas eficientes para a prevenção e a resolução adequada de conflitos.

Além dos módulos correntes, nossa Pós-Graduação promove eventos científicos com pesquisadores e profissionais das áreas jurídica, econômica e política, fomentando um ambiente acadêmico propício à integração de nossos alunos e alunas com discussões jurídicas teóricas e práticas atuais, com foco nas consequências da interação entre o Direito, a Economia e a Política.

Faça parte você também da nossa comunidade.

Prof. Dr. Rafael da Silva Menezes
Coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil

DATAS IMPORTANTES



Inscrições no Processo Seletivo: **03/02/2020 a 20/02/2020**



Realização da Prova Objetiva: **07/03/2020**



Matrícula dos Aprovados: **17/03/2020 a 20/03/2020**



Início Provável do Curso: **23/03/2020**



Edital e Ficha de Inscrição: **www.propesp.ufam.edu.br**



Inscrições pelo e-mail **processocivil@ufam.edu.br**



GRADE CURRICULAR |

DISCIPLINAS

- Métodos Adequados de Resolução e Prevenção de Conflitos
- Fundamentos do Direito Processual Civil I e II
- Processo de Conhecimento I e II
- Tutela Provisória
- Tutela Executiva

Disciplinas

- Meios de Impugnação às Decisões Judiciais
- A Litigiosidade Repetitiva
- A Fazenda Pública em Juízo
- Tutela Coletiva de Direitos e Tutela de Direitos Coletivos I e II
- Procedimentos Especiais e Legislação Extravagante

Disciplinas

- Microsistema dos Juizados Especiais
 - Metodologia da Pesquisa Jurídica
-



Professoras e Professores Confirmados

Prof. Dr. Rafael da Silva Menezes

- Pós Doutorado em Democracia e Direitos Humanos – Universidade de Coimbra
- Doutor em Direito – UFMG
- Especialista em Direito Processual Civil – UFAM
- Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFAM
- Coordenador do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil da UFAM





Prof. Dra. Adriana Goulart de Sena Orsini

- Pós Doutorado em andamento – UDF
- Mestre e Doutora em Direito – UFMG
- Desembargadora Federal do TRT – 3ª Região
- Professora Associada da Faculdade de Direito da UFMG

Prof. MsC. Maurício Casas Maia

- Doutorando em Direito – UNIFOR
- Mestre em Direito – UFPB
- Defensor Público do Estado do Amazonas
- Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFAM





Prof. Dr. Vitor Moreira da Fonseca

- Doutor em Direito – PUC/SP
- Mestre em Direito – PUC/SP
- Especialista em Direito Processual Civil – PUC/SP
- Promotor de Justiça do Ministério Público do Amazonas
- Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito

Prof. Dr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa

- Doutor em Direito – PUC/SP
- Mestre em Direito – PUC/SP
- Defensor Público do Estado do Amazonas
- Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFAM





Prof. MsC. Thiago Braga Dantas

- Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM
- Mestre em Direito – UFPB
- Especialista em Direito Civil e Processual Civil - CIESA
- Professor da Escola Superior de Direito da UEA
- Assessor Jurídico do Ministério Público do Estado do Amazonas



Prof. Msc. Vitor de Souza Vieira

- Doutorando em Direito – FADISP
- Mestre em Direito – ITE/SP
- Especialista em Direito Tributário – CIESA
- Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito e Cursos Preparatórios
- Advogado Sócio do Escritório Vieira e Viera Advogados Associados

Prof. Msc. Dorineth dos Santos Bentes

- Doutoranda em Direito – UFMG
- Mestre em História – UFAM
- Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico – Uniderp
- Professora da Faculdade de Direito – UFAM



Prof. MsC. Alan Fernandes Minori

- Mestre em Direito – UFPB
- Especialista em Direito Público – Uniderp
- Juiz Federal (Seção Judiciária do Amazonas)
- Ex – Procurador Federal
- Ex – Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Amazonas

Prof. MsC. Ticiano Alves e Silva

- Mestre em Direito – UERJ
- Especialista em Direito Processual Civil – Uniderp/IBDP
- Procurador do Estado do Amazonas
- Professor de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito





Prof. Dra. Carla Vidal Gontijo Messano

- Doutora em Psicologia Jurídica – PUC/MG
- Mestrado Profissional em Administração – FPL
- Especialista em Direito Processual Civil – Gama Filho
- Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFAM
- Coordenadora do Curso de Graduação em Direito – UFAM

Prof. Dr. Rennan Faria Kruger Thamay

- Pós Doutorado em Direito – Universidade de Lisboa
- Doutorado em Direito – PUC/RS
- Mestrado em Direito – Unisinos
- Professor dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da FADISP





Professor Mestre Bernardo Silva de Seixas

- Doutorando em Direito – FADISP/SP
- Mestre em Direito – ITE/SP
- Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional –
Universidade de Pisa
- Especialista em Direito Processual – CIESA
- Professor Adjunto da Faculdade de Direito – UFAM

Disciplinas, Ementas e Conteúdo Programático

Ementa

1. Teoria do Conflito. 2. Prevenção de Conflitos. 3. Sistema Brasileiro de Tratamento dos Conflitos. 4. Jurisdição. 5. Mediação. 6. Conciliação. 7. Arbitragem. 8. Negociação. 9. Lawtechs e a resolução de conflitos (ODR's).

Conteúdo Programático

- Sistema multiportas.
- Teoria dos Jogos e a Teoria dos Conflitos.
- Prevenção de Conflitos.
- Soluções não Jurisdicionais de Resolução de Conflitos.
- O custo e financiamento dos processos judiciais no Brasil.
- Mediação.
- Conciliação.
- Arbitragem.
- Negociação.
- Tecnologias e os métodos adequados da resolução de conflitos.

Métodos Adequados de Resolução e Prevenção de Conflitos

Ementa

1. Acesso à Ordem Jurídica Justa. 2. Trilogia estrutural do processo. 3. Fontes do direito processual. 4. Normas processuais fundamentais. 5. Competência. 6. Partes e procuradores: direitos, deveres e responsabilidades. 7. Litisconsórcio. 8. Intervenção de terceiros.

Conteúdo Programático

- Trilogia estrutural do processo.
- As diversas fontes do direito processual e a hierarquia das normas.
- Normas processuais fundamentais: as exigências e posturas recalcitrantes.
- A jurisdição nacional e estrangeira: normas e estratégia nos negócios.
- A competência no processo civil: normas, conflitos e interpretações recentes dos Tribunais Superiores.
- Despesas processuais, multas, honorários advocatícios e gratuidade da justiça
- Sujeitos Processuais: polos de interesse no processo.
- Litisconsórcio.
- Intervenção de Terceiros.

Fundamentos do Direito Processual Civil I

Fundamentos do Direito Processual Civil II

Ementa

1. Juízes e Auxiliares da Justiça. 2. Ministério Público. 3. Advocacia Pública. 4. Defensoria Pública. 5. Atos Processuais. 6. Vícios Processuais. 7. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. 8. Procedimento Comum. 9. Petição Inicial. Audiência de Conciliação ou de Mediação.

Conteúdo Programático

- Sujeitos Processuais: juízes e auxiliares da justiça.
- Ministério Público: atuação como parte e hipóteses de intervenção como fiscal da ordem jurídica, prerrogativas na interpretação dos Tribunais Superiores.
- Defensoria Pública: contexto constitucional e prerrogativas processuais.
- Atos Processuais: contexto, forma e comunicação dos atos processuais
- Negócios processuais
- Vícios Processuais e repercussões práticas.
- Formação, suspensão e extinção do procedimento: hipóteses e repercussão prática.
- Processo e procedimento comum.
- Petição Inicial.
- Audiência de Conciliação e Mediação: métodos adequados de resolução de conflitos, perspectivas e recalcitrância.

Processo de Conhecimento I

Ementa

1. Posturas do Réu. 2. Fase Saneadora. 3. Julgamento Conforme o estado do processo. 4. Audiência de instrução e julgamento.

Conteúdo Programático

- As posturas ativas e defensivas do requerido na fase cognitiva do procedimento comum.
- Providências preliminares e julgamento conforme o Estado do Processo.
- Estratégias para o contencioso cível.
- Audiência de Instrução e Julgamento: referenciais e estratégia.
- Provas: fases de produção probatória e espécies.
- Fase decisória: teoria da decisão, sentenças.
- Coisa Julgada: referencial normativo, relativização e imutabilidade.

Processo de Conhecimento II

Ementa

1. Provas: teoria geral e provas em espécie. 2. Sentença. 3. Coisa Julgada.

Conteúdo Programático

- **Provas: fases de produção probatória e espécies.**
- **Fase decisória: teoria da decisão, sentenças e decisões interlocutórias.**
- **Coisa Julgada: referencial normativo, relativização e imutabilidade.**

Tutela Provisória

Ementa

1. Acesso ao processo justo. 2. Tutelas Diferenciadas. 3. Tutela Provisória e Tutela Definitiva. 4. Tutela Provisória de Urgência. 5. Tutela de Evidência. 6. Tutelas diferenciadas em sede recursal.

Conteúdo Programático

- Tutelas Definitivas e provisórias: nuances, proximidades e distinções.
- Tutela Provisória de Urgência: caráter cautelar e antecipatório.
- Tutela de Evidência.
- Tutelas Diferenciadas nos Tribunais.
- Tutelas Diferenciadas nas Ações Coletivas: causas ambientais e consumeristas.

Ementa

1. A Sistemática e a Teoria Geral da Execução Civil no CPC/15. 2. Princípios fundamentais da execução. 3. Responsabilidade patrimonial. 4. Meios executivos. 5. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 6. Cumprimento de Sentença. 7. Processo de Execução. 8. Defesas do Executado. 9. A proteção do executado e do exequente na perspectiva do Superior Tribunal de Justiça.

Conteúdo Programático

- Princípios fundamentais da execução. Responsabilidade patrimonial. Meios executivos. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.
- Cumprimento de Sentença. Execução Provisória e Definitiva.
- Do cumprimento da obrigação de pagar quantia certa. Do cumprimento da obrigação de indenizar decorrente de ato ilícito.
- Do cumprimento da obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.
- Do cumprimento da obrigação de pagar alimentos. Do cumprimento da obrigação de fazer e não fazer. Do cumprimento de obrigação de entrega de coisa.
- Do Processo de Execução. Da Execução para a Entrega de Coisa. Da Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer.
- Da Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente. Da Penhora, da avaliação e do depósito. Impenhorabilidade. Da expropriação de bens.
- Defesas do Executado e de Terceiros.
- Honorários.
- Fraudes à Execução.
- Execução contra a Fazenda Pública.
- Formação. Suspensão e Extinção do Processo de Execução.

Tutela Executiva

Ementa

1. Meios de impugnação às decisões judiciais. 2. Teoria Geral dos Recursos e impactos estratégicos. 3. Recursos em Espécie. 4. Ações Autônomas de Impugnação. 5. Sucumbências Recursais. 6. Estratégias de Acesso aos Tribunais Superiores.

Conteúdo Programático

- Teoria Geral dos Recursos. Fundamento Constitucional. Distinção entre recursos e sucumbências recursais. Classificação dos Recursos. Princípios Recursais. Efeitos dos Recursos. Desistência Recursal. Recurso Adesivo. Recurso e Litisconsórcio. Sucumbência Recursal.
- Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito. Distinção. Cabimento. Legitimidade.
- Interesse. Fatos impeditivos e extintivos. Tempestividade. Regularidade Formal. Preparo.
- Juízo de Mérito. As diferentes causas de pedir recursal. Cumulação de Pedidos.
- Apelação. Cabimento. Decisões Interlocutórias. Requisitos Formais. Efeitos Específicos. Competência. Procedimento. Teoria da Causa Madura.
- Agravo de Instrumento. Cabimento. Decisões Agraváveis. Taxatividade. Tipicidade e Atipicidade. Requisitos Formais. Competência. Procedimento. Extinção do processo.
- Embargos de Declaração. Cabimento. Requisitos Formais. Competência. Procedimento. Preclusão. Efeitos Específicos. Embargos Protelatórios. Pré- questionamento.
- Agravo Interno. Cabimento. Requisitos Formais. Competência. Procedimento.
- Advocacia Estratégica nos Tribunais Superiores.
- Recurso Ordinário Constitucional. Cabimento. Requisitos Formais. Competência. Procedimento.
- Recurso Especial. Cabimento. Requisitos Formais. Competência. Procedimento. Possibilidade de Conversão. Recurso Repetitivo.
- Recurso Extraordinário. Cabimento. Requisitos Formais. Competência. Procedimento. Repercussão Geral. Recurso Repetitivo.
- Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário. Cabimento. Competência. Procedimento.
- Embargos de Divergência. Conceito. Cabimento. Competência. Procedimento.
- Ações Autônomas de Impugnação.

Meios de Impugnação às Decisões Judiciais

A Litigiosidade Repetitiva e os Padrões Decisórios

Ementa

1. Litigiosidade repetitiva no Brasil: atores, causas, custos, características e impactos; 2. Direito do consumidor e direito bancário: os grandes litigantes privados; 3. Os grandes litigantes públicos: execuções fiscais e direitos sociais; 4. Contencioso de massa e Juizados Especiais: acesso à justiça; 5. Técnicas processuais de tratamento da litigância repetitiva: mecanismos de julgamento agregado de demandas e formação de precedentes (arts. 332, 311, 932, 976 e 1.036, do CPC, arts. 103-A e 102, §3º da CF/88 e o incidente de resolução de demandas repetitivas do NCPC); 6. Métodos Adequados de Prevenção e Resolução de Conflitos em demandas repetitivas.

Conteúdo Programático

- Pontos de Contato entre o sistema romano-germânico e o common law: normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores ao CPC-15; Brasil: sistema híbrido?
- Eficácia dos Precedentes Judiciais no Direito Brasileiro à Luz do CPC-15 e Categorias Fundamentais: ônus argumentativo; ratio decidendi; obiter dictum; distinguish; overruling (eficácia temporal).
- Visão Geral do art. 927, do CPC-15 e Decisões em Controle de Constitucionalidade e Enunciados de Sumulas Vinculantes.
- Incidente de Assunção de Competência: projeção normativa e doutrinária e receptividade pelos Tribunais Superiores.
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: projeção normativa e doutrinária e receptividade pelos Tribunais Superiores.
- Recurso Especial e Extraordinário Repetitivos.
- Improcedência Liminar do Pedido.
- Precedentes Administrativos.

A Fazenda Pública em Juízo

Ementa

1. O papel da Fazenda Pública em Juízo: contribuições e retrocessos. 2. Prerrogativas processuais e materiais aplicadas ao procedimento comum, na fase cognitiva e executiva. 3. Advocacia Pública perante os Tribunais Superiores. 4. Advocacia Pública e os Métodos Adequados de Resolução de Conflitos.

Conteúdo Programático

- A Fazenda Pública como player na litigiosidade individual e repetitiva.
- Prerrogativas da Fazenda Pública na fase cognitiva em primeira instância.
- Prerrogativas da Fazenda Pública na fase recursal.
- Prerrogativas da Fazenda Pública na fase executiva.
- Impactos do Código de Processo Civil sobre a Execução Fiscal.
- Litigiosidade Repetitiva e a Fazenda Pública.
- Advocacia Pública Perante os Tribunais Superiores.
- Fazenda Pública e os Métodos Adequados de Resolução de Conflitos.

Tutela Coletiva de Direitos e Tutela de Direitos Coletivos I

Ementa

1. Sistema Integrado de Tutela aos Interesses ou direitos coletivos em sentido lato no ordenamento jurídico brasileiro. 2. O Código de Processo civil e as normas atinentes à tutela coletivizada. 3. As Constituições brasileiras e a tutela das coletividades.

Conteúdo Programático

- Processo coletivo e direitos coletivos
- Competência adequada
- Legitimidade coletiva
- Coisa julgada e litispendência coletiva
- Autocomposição coletiva
- Procedimento em ações coletivas
- Execução coletiva
- Ações coletivas passivas
- Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos

Tutela Coletiva de Direitos e Tutela de Direitos Coletivos II

Ementa

1. Ações coletivas e bens jurídicos por elas tutelados. 2. Ações coletivas em espécie. 3. Ações individuais e sua relação com as ações coletivas. 4. ORD's em demandas coletivas.

Conteúdo Programático

- Ação Popular.
- Ação Civil Pública.
- Inquéritos.
- Termos de Ajustamento de Conduta.
- Improbidade Administrativa.
- Código de Defesa dos Consumidores.
- Mandado de Segurança Coletivo.
- Mandado de Injunção.
- Os Tribunais Superiores e as demandas coletivas.
- Lawtechs e as demandas coletivas.

Procedimentos Especiais e Legislação Extravagante

Ementa

1. Direito Fundamental ao Processo Justo. 2. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária. 3. Legislação Processual Extravagante.

Conteúdo Programático

- Procedimento Comum e Procedimentos Especiais: nuances, proximidades e distinções.
- Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa: consignação em pagamento, exigir contas, possessórias, divisão e demarcação de terras particulares, oposição, habilitação, ações de família, ação monitória, restauração de autos.
- Impactos do Código de Processo Civil sobre a legislação extravagante: ação de alimentos, ações locatícias, mandado de segurança
- O Marco Civil da Internet e o Código de Processo Civil.

Ementa

1. Juizados Especiais Cíveis e Criminais. 2. Juizados Especiais da Fazenda Pública. 3. Legislação Processual Extravagante.

Conteúdo Programático

- Juizados Especiais Cíveis e Criminais Estaduais e Federais.
- Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- Precedentes Judiciais e o microsistema dos Juizados Especiais.
- Impactos do Código de Processo Civil sobre o Código de Defesa do Consumidor.
- Impactos do Código de Processo Civil sobre o Controle Abstrato de Constitucionalidade.
- Impactos do Código de Processo Civil sobre as Desapropriações.
- Impactos do Código de Processo Civil sobre os Tribunais de Contas.

Microsistema dos Juizados Especiais e Legislação Extravagante

Metodologia da Pesquisa Jurídica

Ementa

1. Bases e premissas da ciência no mundo contemporâneo e as condições de desenvolvimento da atividade de pesquisa jurídica. 2. Ciência de Dados e Informações na Pesquisa Jurídica. 3. Técnicas e procedimentos específicos de planejamento e de investigação, como instrumento de produção e de renovação do conhecimento do direito. 3. Relatório Final de Pesquisa e seus elementos.

Conteúdo Programático

- A Estrutura do Direito e da Ciência do Direito.
- O Pensamento Jurídico Brasileiro.
- A Pesquisa Científica e o Direito.
- A Ciência de Dados na Pesquisa Jurídica.
- Os Projetos Científicos.
- Condução da Pesquisa.
- Comunicação dos Resultados.
- Dados e informação na pesquisa jurídica.
- Inter e transdisciplinaridade na pesquisa jurídica.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

PROCESSOCIVIL@UFAM.EDU.BR

Investimento: 1 + 17 parcelas de R\$ 400,00

Duração: 18 meses

Módulos Semanais no turno Noturno
(uma semana por mês*)

Carga Horária Obrigatória: 375 h

DATAS IMPORTANTES



INSCRIÇÕES NO PROCESSO
SELETIVO: 03/02/2020 A
20/02/2020



REALIZAÇÃO DA PROVA
OBJETIVA: 07/03/2020



MATRÍCULA DOS APROVADOS:
17/03/2020 A 20/03/2020



INÍCIO PROVÁVEL DO CURSO:
23/03/2020



EDITAL E FICHA DE INSCRIÇÃO:
WWW.PROPESP.UFAM.EDU.BR



INSCRIÇÕES PELO E-MAIL
PROCESSOCIVIL@UFAM.EDU.BR